

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CCSA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – CADM

**A RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO DE COMPRAS E O
ORÇAMENTO DISPONÍVEL: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA
TÉCNICA DE SAÚDE DA UFPB**

AMANDA FRANCO DE LIMA

João Pessoa

Setembro 2019

AMANDA FRANCO DE LIMA

**A RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO DE COMPRAS E O
ORÇAMENTO DISPONÍVEL: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA
TÉCNICA DE SAÚDE DA UFPB**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Coordenação do Curso de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Bacharela em Administração.

Professor Orientador: Rosivaldo de Lima Lucena, Doutor

João Pessoa

Setembro 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732r Lima, Amanda Franco de.

A Relação Entre o Planejamento de Compras e o Orçamento Disponível: Um Estudo de Caso na Escola Técnica de Saúde da UFPB / Amanda Franco de Lima. - João Pessoa, 2019.

38 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Planejamento. 2. Compras. 3. Orçamento. I. Título

UFPB/CCSA

Folha de Aprovação

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração

Aluno: Amanda Franco de Lima

Trabalho: A Relação Entre o Planejamento de Compras e o Orçamento Disponível: Um Estudo de Caso na Escola Técnica de Saúde da UFPB.

Área de pesquisa: Finanças Públicas

Data da aprovação:

Banca examinadora

Prof. Rosivaldo de Lima Lucena, Doutor

Orientador

Prof. Arturo Rodrigues Felinto, Mestre

Avaliador

DEDICATÓRIA

A Deus, minha mãe, meu pai, irmã,
avó e a todos que contribuíram com
esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças para seguir em frente e fazer com que tudo desse certo.

A minha mãe Dalva e meu pai Ari que sempre me incentivaram e me apoiaram em todos os momentos, que acreditaram em mim durante toda a vida, agradeço todo o seu amor e carinho.

A minha avó Natilde e minha irmã Aisa que também me apoiaram sempre, e a todos os meus familiares, amigos e colegas de turma que estiveram comigo durante a graduação.

A todos da ETS que me auxiliaram e me receberam de braços abertos durante todo o tempo de estágio.

E por fim, agradeço ao professor Rosivaldo que aceitou ser meu orientador e me ajudou a desenvolver o presente estudo.

RESUMO

O presente estudo apresenta uma pesquisa sobre a relação do Planejamento de Compras e o Orçamento da Escola Técnica de Saúde da UFPB, com o objetivo de apresentar como é realizado o Planejamento das Compras e como o Orçamento relaciona-se com esta parte da gestão no órgão público estudado. Para isso, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa classificada como descritiva que teve como amostra 4 servidoras da unidade que atuam no Planejamento e realização das Compras e do acompanhamento da execução do Orçamento. Para aferir as percepções e conhecimentos das entrevistadas foi utilizada uma entrevista semiestruturada e posteriormente a análise das respostas, onde fica nítida a relação entre o Planejamento e o Orçamento disponível, de forma a restringir ou aumentar as compras da unidade. As considerações finais apresentam resultados como que na unidade existe uma Comissão de Orçamento e Planejamento para a distribuição do orçamento entre os setores da ETS, percebe-se que O orçamento é a base para o planejamento, que atuam de forma integrada e deve ser bem monitorados para a melhor gestão, o foco sempre tem início em suprir as necessidades mais básicas para seguirem às mais especificadas, de maneira a possibilitar o funcionamento da ETS, e com base em todas as informações adquiridas, encontra-se o fator chave: Priorização. A priorização é necessária principalmente em cenários de redução do Orçamento, e em preparação as situações possíveis, também foram elaborados planos de ações para aplicação na ETS.

Palavras-Chaves: Planejamento. Compras. Orçamento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

ETS - Escola Técnica de Saúde da UFPB

PROTEC - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico

ENEX – Encontro de Extensão

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

PCC – Planejamento de Compras e Contratações

PRA - Pró-reitoria Administrativa

IRP - Intenção de Registro de Preço

EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Delimitação do Tema e Problema da Pesquisa	8
1.2 Justificativa	9
1.3 Objetivos	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Contexto Histórico	12
2.2 Orçamento	14
2.3 Planejamento de Compras	15
2.3.1 Modalidades de Licitação	16
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
3.1 Natureza da Pesquisa.....	19
3.2 Classificação da Pesquisa	19
3.3 Estudo de Caso.....	20
3.4 Amostra	20
3.5 Coleta de Dados	20
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	22
4.1 Resultados da Pesquisa Referente ao Primeiro Objetivo Específico (Compreender Como se dá o Processo de Planejamento de Compras da ETS)	22
4.2 Resultados da Pesquisa Referente ao Segundo Objetivo Específico (Compreender o Papel do Orçamento nas Compras da ETS)	24
4.3 Resultados da Pesquisa Referente ao Terceiro Objetivo Específico (Compreender se existe sincronia entre o Planejamento de Compras e o Orçamento da ETS)	26
4.4 Resultados da Pesquisa Referente ao Segundo Objetivo Específico (Sugerir Planos de Ações para os possíveis cenários futuros envolvendo o Planejamento de Compras e o Orçamento da ETS)	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33

APÊNDICE A37

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do Tema e Problema da Pesquisa

As organizações de qualquer que seja o setor necessitam de Planejamento Estratégico e prévio para seu bom funcionamento e alcance de seus objetivos como relata Oliveira (2009, p. 126) “[...] a função planejamento tem uma importância especial, pois ela está no início do processo administrativo das empresas.”, desta maneira também funciona no setor público, porém como será visto no estudo realizado o planejamento depende também do orçamento disponível a cada instituição a cada ano para a realização de suas compras, prestação de serviços e atividades diárias.

O Orçamento e o Planejamento na Gestão Pública estão fortemente interligados, ambos serão abordados no sentido de satisfazer os objetivos e responder o problema de pesquisa identificado neste estudo, neste contexto, o planejamento abordado será especificamente o que trata das compras públicas.

Como será visto as compras públicas movimento grande parte dos recursos financeiros no país (SILVA; BARKI, 2012), e as compras são parte extremamente influenciadoras na liberação do orçamento a cada ano de gestão, e a aprovação do orçamento é lançada através da Lei Orçamentária anual, como a deste novo ano temos a “lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019 em todo o país” (BRASIL, 2019).

Nas organizações do setor público, o Orçamento representa “[...] o instrumento por meio do qual o governo estima as receitas que irá arrecadar e fixa os gastos que espera realizar durante o ano [...]” (CREPALDI; CREPALDI, 2013, p. 18). Além disso, possui obrigatoriedade anual, e funciona através da antecipação das receitas e despesas que cada governo poderá executar durante um exercício (CREPALDI; CREPALDI, 2013). Após a fixação do Orçamento disponível a cada unidade do setor público, será a etapa do planejamento de compras onde são fixados os materiais e serviços a serem contratados no período.

O Orçamento aliado a um bom planejamento por parte das organizações públicas são de são elementos fundamentais para a gestão pública brasileira, devido às movimentações econômicas internacionais (SILVA; RISSI, 2017). Além disso, estudos

mostram que atualmente no Brasil, entre 10% e 15% do PIB brasileiro são originados a partir das compras públicas (SILVA; BARKI, 2012), algo bastante significativo que proporciona um bom foco de estudo. E o Orçamento destinado às instituições de Educação Superior necessita de uma melhor alocação, haja vista que tais recursos são limitados e escassos (SILVA; RISSI, 2017).

O Orçamento da Escola Técnica de Saúde da UFPB unidade em que o estudo aconteceu, tem seu orçamento liberado pela Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento através da ação 2994 que é responsável pelo funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, que regula a atuação de gestão da Escola Técnica de Saúde e a no ano de 2016 foram liberados R\$ 8.273.031,00 (PROPLAN, 2018) para a realização de suas atividades já em 2017 este orçamento foi menor R\$ 6.980.517,00 (PROPLAN, 2017).

Neste contexto, o propósito do presente trabalho foi estudar o seguinte problema de pesquisa:

Como se dá a relação entre o Planejamento de Compras ao Orçamento disponível na Escola Técnica de Saúde da UFPB?

1.2 Justificativa

A relevância desta pesquisa se dá por abordar um tema de grande relevância para a gestão e economia brasileira, abordando a função do planejamento e como ela está aliada/influenciada pelo Orçamento liberado para a Escola Técnica de Saúde da UFPB.

Tendo em vista que a administração pública está cada vez mais adotando característica da gestão privada e que os recursos devem ser utilizados de forma a maximizar os resultados e entregar aos clientes finais, que neste caso é a sociedade, um produto ou serviço com excelência. Assim, há estudos que comprovam que com o decorrer dos anos o papel da gestão pública tem evoluído para não mais ser controlado por interesses partidários como nos mostra DASSO JUNIOR (2014, p. 13):

Avaliar a Administração Pública pelo cumprimento ou não de metas, utilizando mecanismos como o contrato de gestão, representa a aplicação

da lógica gerencial, em que o único que conta é a dimensão econômica do serviço público, desconsiderando por completo a dimensão humana da vida em sociedade. A ênfase em novas formas de controle (controle de resultados, controle contábil de custos, controle por incentivo à concorrência a setores privados na prestação de serviços públicos, controle social e reforço do controle judicial) também expressa o alcance desejado para a democracia.

Com isso, pode-se perceber que os órgãos públicos devem planejar suas despesas, controlar sua gestão e utilizar adequadamente os recursos financeiros a ela disponibilizados, neste contexto, o atual estudo acontecerá nesta organização pelos seguintes fatores, a oportunidade em realizar uma pesquisa sobre o orçamento e planejamento com ênfase na gestão pública, a conveniência da pesquisadora estar realizando um estágio na organização e observando na prática como ocorrem os procedimentos de planejamento de compras realizadas pela instituição. Além disso, a ETS oferece projetos de extensão reconhecidos, como o PROTEC-ETS que ganhou no ano de 2017 o Prêmio Elo Cidadão 2017 que é concedido aos projetos que obtiveram maiores médias a partir das avaliações dos trabalhos apresentados no Encontro de Extensão - ENEX que ocorre a cada ano (UFPB, 2017).

Desta forma, com os dados acima mencionados, surge a oportunidade da realização do estudo nesta organização para a melhor compreensão destes fatos e que visa contribuir para a elucidação e aprofundamento do tema de pesquisa, e servir como base para futuras pesquisas da mesma área.

Além disso, houve a facilidade de acesso aos dados e participantes da pesquisa, pois a realizadora do estudo é estagiária da unidade a mais de 1 ano no setor da assessoria administrativa que está atrelado ao planejamento e realização das compras, bem como do acompanhamento do orçamento. Devido a estes fatores, a viabilidade da pesquisa foi maior, por ser uma unidade que vem crescendo e entregando serviços de educação reconhecidos e pelo acesso da pesquisadora aos recursos necessários para a realização da mesma.

1.3 Objetivos

I) Objetivo Geral

Compreender como se dá a relação entre o Planejamento de Compras e o Orçamento disponível na Escola Técnica de Saúde da UFPB.

II) Objetivos Específicos

- Compreender como se dá o Planejamento de Compras da ETS;
- Compreender o papel do Orçamento nas Compras da ETS;
- Compreender se existe sincronia entre o Planejamento de Compras e o Orçamento da ETS;
- Sugerir Planos de Ações para os possíveis cenários futuros envolvendo o Planejamento de Compras e o Orçamento da ETS;

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os conceitos principais dos temas estudados, um breve histórico sobre suas origens e aplicações no decorrer dos anos. O foco do trabalho realizado é o Planejamento de Compras e o Orçamento da ETS, sendo, assim, será apresentado um breve histórico destas ferramentas de gestão.

2.1 Contexto Histórico

No Brasil, começou-se a pensar em Finanças Públicas ainda na época em que era uma colônia de Portugal, alguns fatos históricos foram contribuindo para a disseminação da idéia do repasse local da renda arrecadada pelo governo, em benefício da população e estrutura física do País (BEZERRA FILHO, 2013). Aos poucos, a partir de eventos e reivindicações históricas realizadas por parte da população que foi crescendo na fase do Brasil república, e as primeiras imposições para a elaboração dos orçamentos futuros das unidades do império, na Constituição Imperial de 1824 por meio do art. 172 (GIACOMONI, 2017). E, por fim, em 1988 a partir da Constituição Federal também foi instituída a Lei das Diretrizes Orçamentárias, bem como normas e condições para a gestão dos recursos financeiros até culminar na Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 (BEZERRA FILHO, 2013).

A Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, “estabelece normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências” (BRASIL, 2000), que são válidas para todas as instituições públicas do País. Ao longo do tempo o orçamento foi considerado um instrumento de controle dos órgãos a partir da análise de suas receitas e despesas e, posteriormente passou a ser considerada uma ferramenta de gestão desde a programação, execução e controle das ações públicas (GIACOMONI, 2017).

Já o Planejamento de Compras, que se relaciona diretamente com a Administração de Materiais das organizações, a função de compras já ocupou nas organizações uma posição apenas burocrática, isto antes da Primeira Grande Guerra, porém nos anos 1970 ocorreu a crise do petróleo que impactou toda a economia mundial fazendo com que o preço das matérias-primas se elevasse bastante, a partir deste fato o papel de compras

assumiu uma posição estratégica fundamental para as organizações (ALT; MARTINS, 2009). Durante a década de 1990, houve a desvalorização do real no Brasil, e com isto, a aquisição de produtos importados tornou-se muito cara e os fornecedores quiseram também aumentar seus preços para não terem prejuízos, porém os compradores viram esta estratégia de maneira negativa, assim, passaram a adquirir materiais de empresas que oferecessem o menor valor no mercado (ALT; MARTINS, 2009). Desta forma, as organizações passaram a planejar melhor suas compras e utilizar estratégias específicas para realizar compras que garantam sua sobrevivência no mercado e não deixe de atender seu público alvo, que nas organizações públicas é a sociedade.

Atualmente, grande parte das compras é realizada com o auxílio da Internet, eletronicamente, assim, empresas podem realizar compras em qualquer fornecedor e país do mundo (ALT; MARTINS, 2009). E com as limitações do orçamento destinado às compras, e sem um planejamento bem feito, há perdas em produtividade por falta de materiais, as correções são custosas e quando se age de forma emergencial, estas medidas não perduram em longo prazo (DIAS, 2011) Na instância pública, segundo Domakoski (2013, p.1):

Até o ano de 1967, as compras públicas eram formalizadas para atendimento à Lei Complementar 4.320/64. O Decreto-lei 200/67 regulamentava as compras públicas, a contabilidade pública e outras atribuições. A partir de 1993, elas foram regulamentadas pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8.666/93, que contempla cinco modalidades de licitação: convite; tomada de preços; concorrência; concurso; e leilão. Desde então, a Lei 8.666/93 vem sofrendo diversas alterações, ou a criação de novos instrumentos legais, como, por exemplo, compras públicas por meio da Internet e o pregão eletrônico. Denominada a sexta modalidade de compras públicas, foi instituída pela MP 2.026/2000, convertida na Lei 10.520/2002. Posteriormente, o pregão eletrônico foi regulamentado pelo Decreto-lei 5.450/2005.

Sendo assim, desde 2005 a licitação mais utilizada pelo governo para comprar é o pregão eletrônico, pois é uma maneira mais fácil, rápida e transparente para a realização deste processo. Posteriormente, serão apresentadas de forma detalhada todas as modalidades de compras públicas e como aliar o planejamento ao orçamento liberado às instituições.

2.2 Orçamento

O Orçamento é uma importante ferramenta de gestão em todas as organizações, principalmente no setor público e possui caráter econômico, administrativo, jurídico, contábil e financeiro (GIACOMONI, 2017).

De acordo com Silva (2011, p. 172) o orçamento é um “ato preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve realizar em um exercício é um instrumento da moderna administração pública.”, sendo assim, ele atua como parte do controle do governo sobre suas receitas e despesas, e dos gastos liberados a cada uma de suas instituições.

Já para Matias-Pereira (2017, p. 43) o Orçamento atualmente “tornou-se um instrumento essencial do Estado no processo de desenvolvimento econômico. Na sua nova função, passou a ser utilizado para estimular ou diminuir a atividade econômica.”. Desta forma, o orçamento liberado para as organizações podem impulsionar ou limitar suas atividades. Sendo assim, a gerência responsável deve adequar seu planejamento aos recursos a ela disponibilizados de maneira a maximizar seus resultados e possibilitar o bom funcionamento da organização.

O Orçamento é uma peça fundamental para todas as organizações, como afirma (VIEIRA, 2017, p. 19) “O principal instrumento de planejamento de uma empresa é a peça orçamentária e, sem um orçamento bem elaborado para o exercício seguinte, a empresa estará sem rumo e não saberá aonde ela quer chegar”, assim a preocupação com este instrumento de gestão é grande, pois ele interfere em todo o planejamento de gastos da organização. Assim, é possível perceber o quão fundamental é a adequação do planejamento de compras ao orçamento disponível para a organização a cada novo exercício.

O Governo Federal destina para as organizações públicas investimentos de custeio onde os gastos são programados com base nos programas que serão realizados no período e faz uma estimativa de quanto será necessário desembolsar em cada atividade. (DOS SANTOS, 2017). E dados apontam que cerca de 25% do orçamento do Estado é destinado à educação para o atendimento das organizações voltadas para este setor de maneira a atender a população da melhor maneira possível (DOS SANTOS, 2017).

2.3 Planejamento De Compras

O Planejamento de Compras na Gestão Pública inicia-se com uma suposição de quanto será necessário comprar ou contratar durante o exercício da organização e também atua fornecendo dados necessários para as Unidades Gerenciadoras de Registro de Preços no momento de disponibilizar os itens e as quantidades disponibilizadas para cada órgão. Algo muito necessário neste período da economia brasileira, onde se busca a diminuição das aquisições e das contratações do Estado, para assim focar os recursos financeiros públicos em áreas que melhor atendam aos interesses da sociedade e que é o cliente final dos órgãos públicos (LIMA, 2016), como a Educação Pública.

Além disso, faz parte do planejamento a estimativa dos valores dos itens disponíveis no PCC - Planejamento de Compras e Contratações para assim, ter uma base dos preços unitários dos materiais e serviços para saber o quanto de cada item será necessário para o funcionamento da organização, estimando também quanto de recurso financeiro deverá ser disponibilizado para a organização. Esta é a maneira de previsão de consumo realizado no âmbito público (LIMA, 2016). O grande problema é que quando uma unidade sinaliza que necessita de certo valor para realizar suas compras e contratações anuais, se ao final do ano não conseguir utilizar todo o recurso financeiro disponível, este será recolhido e no ano seguinte, o valor será reduzido para a unidade, pois se entende que ela não conseguirá utilizar um quantitativo maior. Porém, a cada ano as demandas da sociedade aumentam então para evitar esta situação todos os órgãos devem planejar e realizar bem as contratações necessárias.

Um bom gerenciamento de compras se inicia a partir da visualização da carência de materiais até sua reposição e a oferta de produtos e serviços para o cliente final da organização, além disso, evita-se o acúmulo de estoques e os custos nele arraigados (DIAS, 2011) com isto, nas organizações públicas este planejamento deve enquadrar-se ao orçamento disponível para elas durante o período, para que seja realizado o uso dos recursos financeiros de maneira adequada.

A área de compras e contratações nos órgãos públicos apresenta grandes desafios, pois demandam inovações em sua gestão estratégica para proporcionar à melhoria da prestação de serviço a sociedade, contribuir para o desenvolvimento e atuação das unidades, para isto, podem ser utilizados mecanismos tradicionais, modernos e inovadores,

de acordo com o perfil de cada organização e também proporciona maior transparência e acesso a informações por parte da população (CARVALHO, 2017).

As compras na Gestão Pública ocorrem por meio de licitações e segundo Carvalho (2017, p. 166) possui o objetivo de:

Igualdade, transparência e legitimidade que devem orientar as práticas administrativas de forma a colocar a busca do interesse público, ou seja, do cidadão como objetivo final das ações administrativas. O processo licitatório é considerado como um dos principais meios de critério da aplicação dos recursos públicos, que objetiva buscar a proposta mais vantajosa para contratação, por parte do poder público.

2.3.1 Modalidades de Licitação

As modalidades de licitação estão delimitadas em cinco classificações, que estão definidas a seguir:

- **Concorrência** – “realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação que na fase de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital” (BRASIL, 2010, p. 38).
- **Tomada de preços** – realizada pelos “devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital” (BRASIL, 2010, p. 39).
- **Convite:** são escolhidos “os possíveis interessados quem quer convidar, cadastrados ou não. Permite-se a participação de possíveis licitantes que não tenham sido formalmente convidados, mas que sejam do ramo do objeto licitado, desde que cadastrados no órgão ou entidade que licita ou no SICAF” (BRASIL, 2010, p. 40).
- **Pregão:** é realizado “entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública. Pode ser presencial ou eletrônico” (BRASIL, 2010, p. 45).

- **Concurso:** realizado por “quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias” (BRASIL, 1994).
- **Leilão:** realizado por “quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação” (BRASIL, 1994).

Existem casos especiais que fogem às modalidades citadas acima, onde pode ser aplicada a **Dispensa de Licitação**, regida pela lei nº 8.666, do ano de 1993, que aponta casos como: guerra ou grave perturbação da ordem, emergência ou de calamidade pública, quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, entre outras situações. (BRASIL, 1993).

Em relação às modalidades de pregão e concorrência, deve-se salientar a importância da IRP (Intenção de Registro de Preço) que tem a finalidade de sinalizar publicamente as intenções de participar de Pregão ou Concorrência, com outros órgãos públicos, que estejam dispostos a contratar o mesmo serviço, bem ou objeto, possibilitando obter melhores preços baseados em economia de escala (BRASIL, 2019), a partir dessa sinalização, dão-se origem a novos pregões e concorrência com os itens “intencionados”. Além disso, as compras por pregão necessitam do empenho de despesa que “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição” (BRASIL, 1964) para serem efetuadas, no caso da UFPB a Autoridade competente ou Unidade Gestora é a PRA- Pró-reitoria administrativa.

As naturezas das despesas públicas de compras e contratações de acordo com a portaria nº 448 de 2002, podem ser com Material de Consumo, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e Equipamentos e Material Permanente. Os principais são os itens são “Material de Consumo, aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização

limitada a dois anos e Material Permanente, aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos” (BRASIL, 2002).

Assim, por meio destas modalidades que as compras e contratações públicas são realizadas de forma transparente, respeitando os princípios da Administração Pública e para atender da melhor maneira possível a sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Natureza da Pesquisa

A pesquisa realizada é caracterizada como qualitativa, pois busca compreender e descrever uma situação, onde as informações são obtidas em campo a partir de descrições detalhadas, interações, casos específicos, que contém amostras bem menores que os estudos quantitativos e o pesquisador ao iniciar o estudo deve ter previamente um breve entendimento da situação ou problema (COOPER;SCHIDLER, 2016).

3.2 Classificação da Pesquisa

A pesquisa de acordo com Gil (2002) pode ser classificada em três diferentes grupos, sendo elas: exploratória, descritiva ou explicativa, assim, a que melhor se enquadra ao estudo e aos objetivos traçado é a pesquisa descritiva que possui “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Desta forma, como o objetivo geral e os específicos da atual pesquisa estão firmados na melhor compreensão de como se dá a relação entre o planejamento de compras e o orçamento disponível para a ETS/UFPB, a classificação ideal para a pesquisa é a descritiva.

A partir da classificação da pesquisa, pode-se identificar que o atual estudo ocorreu primeiramente com uma pesquisa bibliográfica que foi “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2002, p. 42), e posteriormente será realizado um estudo de caso.

3.3 O Estudo de Caso

O estudo de caso se restringe a analisar e compreender exclusivamente uma situação, um pequeno grupo de pessoas, um órgão público dentre outras. É um estudo profundo e detalhado e possibilita ao pesquisador trabalhar em campo ou não, de acordo com a melhor estratégia para seu estudo. (VERGARA, 2016). Além disso, o estudo de caso de acordo com Gil (2002, p. 54) pode: “a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) preservar o caráter unitário do objeto estudado; c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; d) formular hipóteses ou desenvolver teorias”, por esta razão, este estudo é o mais adequado

para a pesquisa, onde o foco é detalhar e compreender a relação entre o Planejamento de Compras e o Orçamento da ETS.

3.4 Amostra

O modelo de amostra utilizado nesta pesquisa é a amostra intencional, onde “Os pesquisadores escolhem os participantes de acordo com suas características, experiências, atitudes ou percepções únicas; conforme categorias conceituais ou teóricas de participantes se desenvolvem durante o processo de entrevista” (COOPER; SCHINDLER, 2016, p.154). Desta forma, a amostra foi selecionada dentro da ETS e fizeram parte do estudo os atores principais na gerência da unidade e realização das compras a partir dos pedidos de cada setor.

3.5 Coleta de Dados

A coleta de dados no estudo de caso pode ser realizada por meio da análise de documentos, entrevistas, depoimentos, observação, dentre outros meios (GIL, 2002), assim, para esta pesquisa, foram utilizados a entrevista e a observação. A pesquisa valeu-se “da observação participante e da entrevista não estruturada para obter dados sobre pessoas, espaços, interações, símbolos e tudo o mais que interessar a sua investigação.” (VERGARA, 2016, p. 14).

A entrevista é uma coleta de dados de forma oral através de perguntas feitas pelo entrevistador e as respostas cedidas pelo entrevistado. A entrevista utilizada será semi-estruturada que possibilita ao entrevistador certo grau de liberdade durante a coleta, pois ele apenas delimita pontos fundamentais para a pesquisa e utiliza-os para extrair do entrevistado suas opiniões, esta modalidade de entrevista possui um grau de profundidade ideal para a pesquisa (VERGARA, 2016). Já a observação de acordo com Cooper e Schindler (2016, p. 173) é:

conduzida especificamente para responder a uma questão de pesquisa, sistematicamente planejada e executada, usa controles apropriados e fornece informações confiáveis e válidas sobre o que aconteceu. A versatilidade da observação faz dela uma fonte primária indispensável e um complemento para outros métodos.

Além disso, a observação caracterizada como participante é a ideal para a pesquisa, pois o pesquisador estará no ambiente e além de observar, também participa de algumas das atividades desenvolvidas (COOPER; SCHINDLER, 2016).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada no mês de agosto do ano 2019, foram entrevistadas 4 pessoas que participam da distribuição do orçamento, do planejamento de compras e da requisição dos pedidos, e a observação participante da pesquisadora no ambiente de coleta de dados. Estas pessoas entrevistadas serão citadas a seguir como entrevistada 1, 2, 3 e 4. A relevância do estudo se dá pela visão dos atores principais que foram entrevistados e da pesquisadora que observou toda a dinâmica relatada.

4.1 Resultados da Pesquisa Referente ao Primeiro Objetivo Específico (Compreender Como se dá o Processo de Planejamento de Compras da ETS)

As entrevistas possibilitaram relacionar a teoria trazida pelo autores citados na fundamentação como Dias (2011) onde foi apontado que o bom gerenciamento de compras se inicia a partir da visualização da carência de materiais até sua reposição e a oferta de produtos e serviços para o cliente final da organização, além disso, evita-se o acúmulo de estoques e os custos nele arraigados, além do que foi apontado por Lima (2016) que o planejamento inicia-se com uma suposição de quanto será necessário comprar ou contratar durante o exercício da organização.

Assim, o planejamento de compras da ETS, com base nas informações obtidas nas entrevista e na observação, é realizado a partir primeiramente de uma reunião da comissão de planejamento e orçamento que é composta pela diretoria da escola, a administração e os coordenadores de compras de cada curso (que são eleitos pelos colegiados de curso composto por professores), esta comissão se reúne periodicamente, aproximadamente de 3 em 3 meses, para discutirem juntos a partir das necessidades levantadas por todos os representantes para a ETS, debatem e entram num consenso sobre quanto será destinado para as compras dos cursos de Técnico em Enfermagem, Técnico em Próteses dentárias, Técnico em Análises Clínicas e Técnico em Cuidados de Idosos e da Administração.

O tempo destinado ao planejamento é de aproximadamente 1 ano antes para se programarem para as compras do ano seguinte, e como relatada pela **entrevistada 4** do planejamento até a compra e execução “ geralmente o tempo é um ano porque a assessoria administrativa da escola, ela começa a solicitar desde o início do ano, então tipo [...]

fevereiro e março ela já começa a ‘disparar’ às necessidades para que os coordenadores, comecem a levantar suas IRPs para os setores administrativos da universidade (UFPB), então acredito leve mais de um ano, porque começa no início do ano levanta as IRPs, tem todo aquele processo, que daqui que vire pregão já vai ser no ano seguinte, então do planejar ao executar ele leve mais ou menos 1 ano e meio”. As demais entrevistadas confirmam a necessidade de planejar antecipadamente e realizar cada etapa do planejamento em tempo para que todas as necessidades sejam supridas na medida do possível.

Na ETS por meio das entrevistas, foi possível saber que a modalidade de licitação que a ETS participa é o pregão eletrônico aberto pela PRA que é unidade gestora da UFPB, e apenas em casos excepcionalíssimos de materiais muito específicos ou caros, é aceita a dispensa de licitação na compra. Durante o planejamento, por meio da observação, constatou-se que após o envio das IRPs dos cursos, e que estes viraram pregões, a assessoria administrativa monitora os tipos de pregões que são voltados para os materiais intencionados, e com a informação de quantas unidades cada setor e curso vai precisar, analisam se tem saldo suficiente e então requisita o material a PRA que irá gerar um empenho.

Como relatado acima, área de compras e contratações nos órgãos públicos apresenta grandes desafios, pois demandam inovações em sua gestão estratégica para proporcionar à melhoria da prestação de serviço a sociedade, contribuir para o desenvolvimento e atuação das unidades. Como relatado nas entrevistas, a priorização nas compras é para os materiais que são indispensáveis ao funcionamento da unidade, como cita a **entrevistada 1** que afirma sobre as compras que “o planejamento tem que ser feito com base quantitativas, em uso, em consumo, em demanda, então, baseada no consumo anterior” para que não falte, e se há um aumento no número de alunos, justifica-se o aumento para funcionamento da prestação de serviço aos alunos. Ainda sobre isso, a **entrevistada 2** por exemplo para serviços de infraestrutura “essas demandas vêm de acordo com o planejamento de ... novos alunos, de novas turmas que consequentemente geram essa necessidade de novos espaços e estruturas físicas.”.

Neste sentido, os fatores mais priorizados a **entrevistada 3** ressalta “a gente tem cursos de saúde, bem específicos e tem laboratórios que precisam funcionar, e aí é preciso ver a coordenação de laboratório ver com os professores quais são as demandas para atender as aulas e aos alunos[...]” e ainda a **entrevistada 4** reafirma que o mais importante

é a “demanda e necessidades dos cursos”, que é a atividade fim da organização, prestar o serviço de educação e formação para os alunos e entregar bons profissionais à sociedade. Além disso, a **entrevistada 1** reafirma que a prioridade no planejamento de compras sempre é “ dar viabilidade pras atividades administrativas e acadêmicas da escola da melhor maneira possível”. A **entrevistada 3** também aponta que “sem planejamento não se consegue comprar, contratar serviços, pois tudo tem prazos e precisam ser informados e justificados... então sem o planejamento os prazos acabam não sendo cumpridos”.

O planejamento de compras então, prioriza o funcionamento da escola, todas as entrevistadas afirmam que a prioridade são materiais de limpeza, para manter o ambiente salubre, materiais de expediente como lápis, caneta e papel, e os materiais para realização da aulas, pois como são cursos técnicos da saúde, demandam reagentes em análises clínicas, resina em próteses dentária, seringa em enfermagem e material recreativo para o de cuidados de idosos, por exemplo.

4.2 Resultados da Pesquisa Referente ao Segundo Objetivo Específico (Compreender o Papel do Orçamento nas Compras da ETS)

O orçamento é a base do planejamento, e sobre ele, a **entrevistada 1** expôs “também é um planejamento, quando a gente faz o orçamento a gente tá fazendo um planejamento de gasto futuro, na verdade o orçamento é uma parte do planejamento de compras por que, não adianta ter só aquela demanda, ela tem que estar dentro do orçamento disponível, se limitar aquele valor, quando faz o planejamento tem que saber o valor do orçamento pra ser dividido entre os cursos e a administração, de acordo com o orçamento.” Que está de acordo com o exposto por Vieira (2017, p. 19) “O principal instrumento de planejamento de uma empresa é a peça orçamentária e, sem um orçamento bem elaborado para o exercício seguinte, a empresa estará sem rumo e não saberá aonde ela quer chegar”, neste quesito, a prática também é coerente à teoria apresentada. Bem como, a **entrevistada 3** também aponta sobre o orçamento “ é primordial, porque sem eu saber o valor do orçamento eu não posso fazer o planejamento”.

O orçamento está atrelado ao planejamento desde o início, pois como afirma a **entrevistada 2** “o orçamento é uma lei, né ela precisa ser aprovada então um ano antes já é feita uma previsão, uma estimativa do que vai ser aprovado para o ano seguinte e aí nós ficamos atrelados a ele” e também, sobre sua distribuição pela comissão de planejamento e

orçamento da ETS ocorre de maneira que “ não é equiparado, logo quando vem um valor, é pra ser igual pra todo mundo, a princípio é assim, mas há cursos que não conseguem abrir suas irps antes e eles ficam necessitados daquele valor, então a comissão senta e demanda os valores pras os cursos que estão mais necessitados no momento, então novamente vai pela prioridade dos cursos, por mais que tenha dividido aquele valor, se readequa, assim esse ano fui eu, no próximo é você.” segundo relatos da **entrevistada 4**.

A **entrevistada 2** relata que “o orçamento é separado por ações, assim tem a ação de custeio das universidades que nessa ação tem todo o orçamento de consumo e permanente [...] e dentro desta ação de custeio também tem o disponível para compras de material permanente e este não pode ser remanejado pois tem uma autorização específica que só pode ser utilizado para isto, compra de bens permanentes.” ou seja, se o valor disponível para a compra de materiais permanentes não for usado, este retorna ao governo federal de acordo com o relatado acima que quando uma unidade sinaliza que necessita de certo valor para realizar suas compras e contratações anuais, se ao final do ano não conseguir utilizar todo o recurso financeiro disponível, este será recolhido e no ano seguinte, o valor será reduzido para a unidade, pois se entende que ela não conseguirá utilizar um quantitativo maior.

Agora, quando está perto de ser lançado o orçamento anual, **a entrevistada 3** relata a seguinte dinâmica “ a gestão tem reuniões trimestrais em Brasília junto com a diretoria do Condetuf que são... é o conselho dos diretores das escolas técnicas então, tem um orçamento que o governo destina às Setec que é a secretaria de tecnologia, e ela distribui esses recursos para todos os institutos federais de ensino básico técnico e tecnológico, somos 23 escolas vinculadas e o recurso é distribuído dentro do Condetuf, e a gente sempre luta para que nosso orçamento seja aumentado, e como podemos aumentar? aumentando o número de alunos, aumentando o número de cursos, aumentando a demanda da nossa escola, então é um conjunto, a gente sempre tem que estar lutando para melhorar a parte acadêmica e a orçamentária também para atender às demandas e fazer o planejamento.”.

4.3 Resultados da Pesquisa Referente ao Terceiro Objetivo Específico (Compreender se existe sincronia entre o Planejamento de Compras e o Orçamento da ETS)

Como já apontado acima, com as limitações do orçamento destinado às compras, e sem um planejamento bem feito, há perdas em produtividade por falta de materiais (DIAS, 2011). Toda a possível redução no orçamento impacta no planejamento das compras, a **entrevistada 1** traz que “o impacto do orçamento é você poder comprar mais ou menos, por exemplo ano passado foi maior e os cursos puderam comprar mais, esse ano teve uma redução os cursos tem que comprar menos, então esse é basicamente o impacto que o orçamento tem”, e também “já que a gente tem menos, vai ter que abrir mão de algo, acho que esse é o maior gargalo”. E a importância da adequação do planejamento ao orçamento é “dar viabilidade pras atividades administrativas e acadêmicas da escola da melhor maneira possível, por isso é importante sentar e ter reuniões periodicamente da comissão de orçamento para priorizar, pra não deixar que as atividades essenciais seja vamos dizer assim, drasticamente afetadas”.

A **entrevistada 2**, aponta que quando liberado para a ETS a “distribuição do orçamento é definida pela comissão de orçamento de acordo com as prioridades de cada curso, já houve anos, acredito que ano passado, isso foi feito de acordo com o número de alunos que cada curso tinham, então foi feito um cálculo proporcional o curso que tinha mais alunos recebia uma parcela maior” e no caso de haver uma redução “tem que convocar novamente a comissão do orçamento para prever quais vão ser às despesas prioritárias para poder se adequar a esta nova realidade” e ainda afirma que a relação do planejamento e do orçamento “uma ação integrada”.

Neste sentido, a **entrevistada 3** aponta que a relação do planejamento e do orçamento é “muito importante, por isso nós temos essa comissão, de forma que a gente atenda a todos os cursos, por isso que é importante a representação de cada curso e da gestão, da assessoria administrativa para que esse orçamento seja distribuído de forma harmoniosa e atenda todos os cursos de forma igualitária”. E a **entrevistada 4** relata que no caso de uma redução no orçamento o planejamento “vai pelas necessidades né e como neste ano a gente comprou poucas coisas para administração a gente tá comprando algumas coisas pra administração, porque por exemplo muitos equipamentos os cursos já tem, neste

momento a gestão viu a necessidade de equipar melhor o ambiente para promover melhor qualidade de vida dos funcionários, ... então nós vamos pela necessidade dos setores.” isto, devido ao aumento da carga horária de trabalho administrativo. E também, “a partir do valor que é disponibilizado, a gestão diz o quantitativo que vai ser colocado pra cada um, que vão adquirir seus materiais permanentes ou de consumo, eles veem com todos os seus professores para eles levantarem suas demandas”.

4.4 Resultados da Pesquisa Referente ao Segundo Objetivo Específico (Sugerir Planos de Ações para os possíveis cenários futuros envolvendo o Planejamento de Compras e o Orçamento da ETS)

A análise realizada como base nas respostas coletadas nas entrevistas, apresentou-se a oportunidade de sugerir Planos de Ações para os cenários apresentados como influentes na gestão da ETS. Dessa forma, opto-se por Planos de Ações por ser, uma ferramenta estratégica de apoio a gestão, que delimita ações detalhadas que servirão de base para a resolução de problemas ou para padronizar o que deve ser feito em determinadas situações (REZENDE, 2015).

Neste caso, os Planos de Ações foram baseados na ferramenta 5W2H que denomina What? (O quê fazer?), When? (Quando fazer?), Who? (Quem irá fazer?), Where? (Onde fazer?), Why? (Por que fazer?), How? (Como fazer?) e How Much? (Qual o custo da ação?), de forma apresentar visualmente as metas e prazos, as responsabilidades de cada tarefa atribuída, e viabilizando a execução da atividade (MARINS, 2017). A partir da adaptação da 5W2H os Planos foram elaborados para 2 cenários: Redução do Orçamento e Aumento de Orçamento, como apresentado abaixo.

Plano de Ação para o Primeiro Cenário: Redução do Orçamento.

Problema: Redução no Orçamento.	
O quê?	Convocar uma nova reunião da Comissão de Orçamento e Planejamento da ETS, para a divisão do orçamento com foco nas compras prioritárias.
Quando?	Após a divulgação do Orçamento do ano anterior, acompanhado as tendências

	apresentadas.
Quem?	A Direção da Unidade.
Onde?	Na Assessoria Administrativa.
Por quê?	Para possibilitar uma antecipação ao valor disponibilizado no ano seguinte e possuir um padrão de planejamento adequado na situação apresentada.
Como?	Com reuniões mais frequentes da Comissão do Orçamento e Planejamento com início em 1 ano antes, para uma melhor preparação e foco nas necessidades futuras da Unidade.
Qual o custo?	Não haverá custos adicionais, o controle será feito por meio de planilhas eletrônicas.

Fonte: Adaptado de MARINS, 2017.

Plano de Ação para o Primeiro Cenário: Aumento do Orçamento.

Problema: Redução no Orçamento	
O quê?	Convocar uma nova reunião da Comissão de Orçamento e Planejamento da ETS, para a divisão do orçamento para a compra de materiais que aumentem a capacidade e qualidade de serviço da Unidade.
Quando?	Após a divulgação do Orçamento do ano anterior, acompanhado as tendências apresentadas e preparar um planejamento que se adéque também ao aumento de compras como uma segunda opção de situação.
Quem?	A Direção da Unidade.
Onde?	Na Assessoria Administrativa.
Por quê?	Para possibilitar uma antecipação ao valor disponibilizado no ano seguinte e possuir um planejamento capaz de efetuar compras de forma adequada, para maximizar a utilização de recursos, e para seu uso integral.

Como?	Com reuniões mais frequentes da Comissão do Orçamento e Planejamento com início em 1 ano antes, para uma melhor preparação e melhor uso dos recursos, como o aumento de equipamentos técnicos da Unidade.
Qual o custo?	Não haverá custos adicionais, o controle será feito por meio de planilhas eletrônicas.

Fonte: Adaptado de MARINS, 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como guia estudar o problema de pesquisa “ **Como se dá a relação entre o planejamento de compras ao orçamento disponível na Escola Técnica de Saúde da UFPB?**” Com relação ao primeiro objetivo específico que foi Compreender como se dá o planejamento de compras da ETS, obteve-se que este é realizado com a antecedência de no mínimo 1 ano de planejamento realizado pela comissão de planejamento e orçamento da ETS que é composta pela direção, a administração e os coordenadores de curso, que com base em suas novas demandas e também consumos anteriores, verificam todos os materiais que necessitam adquirir, sejam de consumo, permanente ou serviços e distribuem o orçamento de maneira a atender da melhor forma aos alunos.

O segundo objetivo específico foi compreender o papel do orçamento nas compras da ETS, e foi possível adquirir informações referentes a este, como, o orçamento é distribuído após uma reunião das direções das escolas técnicas em Brasília pela Condetuf, em seguida após saberem seu saldo a comissão de planejamento e orçamento se reúne e distribui este recurso, focando nas necessidades mais básicas. Quando há redução neste recurso, trabalham de maneira a priorizar os itens necessários a funcionalidade das atividades acadêmicas e administrativas. O orçamento é apresentado então como uma parte do planejamento, sem ele não há planejamento de compras, pois não se sabe o quanto se pode ‘gastar’, além disso, ele atua como limitador, pois restringe os recursos da unidade.

O terceiro objetivo específico listado como entender qual a relação entre o planejamento de compras e o orçamento da ETS, foi alcançado ao possuir as informações que para realizar planejamento, é necessário saber seu orçamento que é decretado por lei às instituições federais e atua de forma a limitar as compras aqueles valores e a base de qualquer planejamento. E para o quarto objetivo específico sugerir planos de ações para os possíveis cenários futuros envolvendo o planejamento de compras e o orçamento da ETS foi possível elaborar 2 planos de ações visando os cenários de redução ou aumento do orçamento, de forma a possibilitar o melhor uso dos recursos financeiros para a melhoria na prestação de serviço da ETS.

Por fim, a pesquisa alcançou os objetivos traçados, e sua relevância se dá por terem poucos estudos com um foco semelhante, sobre o papel do planejamento e do orçamento

nas instituições públicas, e mesmo com as limitações da pesquisa, percebe-se a importância de mais estudos neste campo.

REFERÊNCIAS

ALT, Paulo Renato Campos ; MARTINS, Petrônio Garcia. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Brasília, DF, 4 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 05 Abril 2019.

BRASIL. Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019. **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2019/Lei/Lei13808-2019.pdf>>. Acesso em 25 Fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994. **Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8883.htm#art1>. Acesso em 27 abril 2019.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em 25 abril 2019.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos**: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. Brasília, 2010.

BRASIL. IRP - Sessão Pública - Ata SRP. **Portal de Compras do Governo Federal**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/irp-faq>>. Acesso em 20 agosto 2019.

BRASIL. Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002: Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. **Ministério da Fazenda Secretaria do Tesouro Nacional**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://ce-fm.webnode.com.br/_files/200000562-f1e3bf2dee/PORTARIA%20CUSTEIO%20E%20CAPITAL.pdf>. Acesso em 20 agosto 2019.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro Para Elaboração e Contrôlo dos Orçamentos e Balanços Da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em 20 agosto 2019.

CARVALHO, Maria Balbina. A gestão de compras e o processo de licitação no setor público. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 4, n. 1, p. 165-177, 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Orçamento Público: planejamento, elaboração e controle**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração** [recurso eletrônico]. 12. ed. – Porto Alegre : AMGH, 2016.

DASSO JUNIOR, Aragon Érico. Nova Gestão Pública (NGP): a teoria de administração pública do Estado Ultraliberal. **Paper apresentado no XXIII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito no Brasil (CONPEDI)**, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d05c25e6e6c5d489>>. Acesso em 25 abril 2019.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2011.

DOMAKOSKI, Amauri. **Como o governo compra: análises e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2013.

DOS SANTOS, Waldir Jorge Ladeira. **Orçamento público e financiamento da educação**. ANDRADE, Eurídice Mamede de (Org.). Planejamento, controle e informação: diálogos e reflexões para o desenvolvimento – gestão pública e privada. 1 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2017. p. 129-158.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

LIMA, Aline Lopes. Novo enfoque ao planejamento de compras e contratações do Estado da Bahia. **Compras públicas estaduais–Boas práticas brasileiras**. Bahia, 2016. P. 79-91. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Mario_Tinoco3/publication/305377098_A_Importancia_do_Planejamento_de_Compras_para_a_Gestao_Estrategica_de_Suprimentos/links/578a5a1b08ae59aa66793b27/A-Importancia-do-Planejamento-de-Compras-para-a-Gestao-Estrategica-de-Suprimentos.pdf#page=80> . Acesso em: 26 abril 2019.

MARINS, Guilherme Henrique Cardoso de. Análise da gestão de compras centralizadas em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). **Universidade Federal de Fluminense**. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em:

<<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6365/1/Guilherme%20Henrique%20Cardoso%20de%20Marins.pdf>> . Acesso em 15 Set. 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Fundamentos da administração: conceitos e práticas essenciais**. São Paulo: atlas, 2009.

PROPLAN. Pró-reitoria de desenvolvimento. **Relatório de gestão UFPB exercício 2016**. João Pessoa, 26 de abril 2017. . Disponível em:

<<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2016.pdf>>. Acesso em 25 Fev. 2019.

PROPLAN. Pró-reitoria de desenvolvimento. **Relatório de gestão UFPB exercício 2017**. João Pessoa, março 2018. . Disponível em:

<<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2017>>. Acesso em 25 Fev. 2019.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Mariana Wagner Da; RISSI, Maurício. **Orçamento e estratégia na gestão universitária: um estudo bibliométrico**. Santa Catarina: UFSC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181156/101_00198.pdf?sequence=1>. Acesso em 25 Fev. 2019.

SILVA, Renato Cader; BARKI, Teresa Villac Pinheiro. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. **Revista do Serviço Público**, v. 63, n. 2, p. 157-175, 2012. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/93/89>>. Acesso em 25 Fev. 2019.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. **Premiação elo cidadão 2017**: realizada entrega do prêmio elo cidadão 2017 para 41 trabalhos de extensão. Paraíba, 2017. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/prac/contents/noticias/prac-1/premiacao-elo-cidadao-2017>>. Acesso em 25 Abril 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, Delio Vargas. **Controle Empresarial: profissionalismo e atitude em contabilidade e finanças**. ANDRADE, Eurídice Mamede de (Org.). Planejamento, controle e informação: diálogos e reflexões para o desenvolvimento – gestão pública e privada. 1 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2017. p. 17-38.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS

1. Como ocorre o planejamento de compras da ETS?
2. Quanto tempo é destinado ao planejamento de compras?
3. Quais fatores são levados em consideração no planejamento de compras?
4. Quais as principais modalidades de licitação são utilizadas nas compras da ETS?
5. Como você entende o papel do orçamento no planejamento de compras?
6. De que forma o orçamento impacta nas compras da ETS?
7. Qual o maior desafio ao gerir o planejamento de compras com base no orçamento?
8. Você acredita que deve haver a adequação do planejamento de compras ao orçamento disponível?
9. Quando há uma redução no orçamento da ETS, de que forma vocês procedem? Quais materiais são priorizados no planejamento de compras?
10. Em sua opinião qual a importância do orçamento e do planejamento de compras na gestão da ETS?